

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL



**CONFERÊNCIAS DO I CURSO AVANÇADO
SOBRE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL
EM MATÉRIA PENAL**

COORDENADORES

**MARIA FERNANDA PALMA | AUGUSTO SILVA DIAS
PAULO DE SOUSA MENDES**

Com a colaboração de
VÂNIA COSTA RAMOS



Coimbra Editora

Título

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

1.^a Edição, Março 2014

Autores

MARIA FERNANDA PALMA | AUGUSTO SILVA DIAS | PAULO DE SOUSA MENDES | VÂNIA COSTA RAMOS

Editor



Coimbra Editora

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra
Telef. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651
www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra

ISBN 978-972-32-2164-0

Depósito Legal n.º 373 341/14

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Cooperação judiciária internacional em matéria penal : conferências / I Curso...; [coord.] Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias, Paulo de Sousa Mendes [colab.] Vânia Costa Ramos
ISBN 978-972-32-2164-0

I - CURSO AVANÇADO SOBRE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL, 1, Lisboa, 2011
II – PALMA, Maria Fernanda, 1955-
III – DIAS, Augusto Silva
IV – MENDES, Paulo de Sousa
V – RAMOS, Vânia Costa

CDU 343
341
061

ÍNDICE

I

PRINCÍPIOS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA PENAL NA UE

	Págs.
MARIA FERNANDA PALMA — O princípio do reconhecimento mútuo e o reconhecimento de sentenças e de decisões judiciais na União Europeia.....	11

II

ENTREGA INTERNACIONAL DE PESSOAS

CARLOTA PIZARRO DE ALMEIDA — Cooperação judiciária e princípios constitucionais	23
CAROLINA PECEGUEIRO — Entrega ao Tribunal Penal Internacional: uma perspectiva Brasileira	39
FELIPE HOCHSCHEIT KREUTZ — A extradição Brasil-Portugal à luz da jurisprudência do STF.....	61

III

O MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU EM ESPECIAL

VÂNIA COSTA RAMOS — <i>Ne bis in idem</i> e Mandado de Detenção Europeu — Comentário ao caso <i>Gaetano Mantello</i> (acórdão do tribunal de justiça, de 16.11.2010, Processo n.º C-261/09)	111
JOÃO MATOS VIANA — A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia a propósito das causas de recusa ou condicionamento da execução do mandado de detenção europeu, em função da nacionalidade ou residência da pessoa procurada.....	171
ORLANDO MANUEL JORGE GONÇALVES — O princípio da proporcionalidade e os pressupostos para a emissão do MDE na jurisprudência portuguesa	255

IV

AUXÍLIO JUDICIÁRIO PENAL E RECONHECIMENTO MÚTUO

	Págs.
VÂNIA COSTA RAMOS — <i>Freezing order</i> — um nado-morto? Primeira abordagem às decisões de congelamento para apreensão de elementos de prova com base na Decisão-Quadro 2003/577/JAI, do Conselho, e na Lei 25/2009, de 05.06	287

V

OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

ANTÓNIO HENRIQUES GASPAR — Revisão de sentenças penais estrangeiras	343
JORGE COSTA — Os instrumentos da União Europeia em matéria de reconhecimento de decisões pré e <i>post</i> sentenciais	365

VI

COOPERAÇÃO POLICIAL

MÁRIO MARQUES — A natureza e o papel da Europol na cooperação internacional em matéria penal	409
PAULO DE SOUSA MENDES — Os poderes do OLAF na luta contra as fraudes lesivas dos interesses financeiros da União e dos Estados-Membros	419